

Os grêmios estudantis das escolas municipais da Serra (ES) e a contribuição da Pedagogia Histórico Crítica para a formação dos estudantes

Student councils of the municipal schools of Serra (ES) and the contribution of Critical Historical Pedagogy for the training of students

Gabriel Franco de Oliveira Zambon

(Mestre em Ensino de Humanidades – IFES e docente da Secretaria Municipal de Educação – Serra/ES)

Leonardo Bis dos Santos

(Doutor em História, docente do Programa de Pós Graduação em Ensino de Humanidades PPGEH – IFES)

Resumo

Neste trabalho, objetivamos pensar possíveis contribuições da pedagogia histórico-crítica para o trabalho com grêmios estudantis. Para tal, definimos como objetivos secundários: (1) mapear o funcionamento de doze grêmios estudantis das escolas municipais da Serra, no Espírito Santo; (2) identificar a função social da escola na perspectiva da pedagogia histórico-crítica; (3) caracterizar o grêmio estudantil dentro da estrutura participativa da democracia brasileira. Como estratégia metodológica, adotamos a análise documental e bibliográfica e a entrevista semiestruturada. Baseamo-nos nos pressupostos do materialismo e da totalidade, bem como na compreensão do processo de objetivação e apropriação, dentro da perspectiva do materialismo histórico-dialético. Como resultados, temos que, o trabalho com os grêmios estudantis deve oportunizar aos estudantes a apropriação de conceitos como democracia e representação democrática, bem como das objetivações humanas referentes às instituições democráticas e seu funcionamento.

Palavras-chave: grêmio estudantil; apropriação e objetivação; emancipação humana.

Abstract

In this article, we intend to think possible contributions of the historical-critical pedagogy for the work with student groups. Therefore, we defined as secondary objectives: (1) to map the

functioning of the twelve programs studied from municipal schools of Serra in Espírito Santo; (2) to identify the social function of the school in the perspective of historical-critical pedagogy; (3) to characterize or study the participatory structure of Brazilian democracy. As a methodological strategy, we adopted the documental and bibliographic analysis and the semi-structured interview. We based ourselves on materialism and totality, as an understanding of the process of objectification and appropriation, from the perspective of dialectical-historical materialism. As a result, we fear that, some students will have opportunities to appropriate projects such as democracy and democratic representation, as well as human objectifications regarding democratic institutions and their functioning.

Keywords: student council; appropriation and objectification; human emancipation.

Introdução

O presente texto é baseado na pesquisa “Grêmios estudantis: caminhos para a emancipação”, que foi desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades, do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo. Também está inserido nas discussões teóricas realizadas no Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade e Emancipação (GEPESE), do mesmo instituto. Neste momento da pesquisa, definimos como objetivo principal pensar possíveis contribuições da pedagogia histórico-crítica para o trabalho com grêmios estudantis das escolas municipais da Serra, no Espírito Santo.

Em 2014, foi implementado pela Coordenação de Gestão Escolar, da Secretaria Municipal de Educação da Serra (Sedu/Serra), o Projeto Grêmio em Ação. Ele consistia, inicialmente, em um curso com nove oficinas, de duas horas cada, destinado aos alunos do 6º ao 9º ano das escolas pertencentes a rede municipal de educação. Tinha como objetivos “Fortalecer a Gestão Democrática nas Unidades de Ensino, possibilitando aos alunos um espaço de reflexão...” e “Criar, junto aos alunos, uma cultura de participação ativa nos espaços de decisão, de criação e de ação” (SERRA, 2014, p. 8), por meio da fundação de grêmios estudantis. Entre 2014 e 2017, foram criadas dezessete entidades discentes e reativada uma.

A Rede Municipal de Educação do município da Serra (ES) é composta, atualmente, de cento e trinta e seis unidades de ensino, sendo sessenta e nove centros municipais de educação infantil (CMEI) e sessenta e sete escolas de ensino fundamental (EMEF).

Destas, quarenta e uma oferecem o Ensino Fundamental II, que compreende o ensino do 6º ao 9º ano, etapa em que Projeto Grêmio em Ação foi implementado¹. Nosso levantamento foi iniciado em dezembro de 2017 com doze, das dezoito escolas em que o projeto foi realizado. Outras seis escolas se negaram a participar ou nem responderam aos contatos feitos.

Metodologia

A presente investigação foi dividida em três momentos: (1) o mapeamento do funcionamento dos grêmios estudantis das escolas municipais da Serra (ES); (2) a identificação da função social da escola, na perspectiva da pedagogia histórico-crítica; (3) caracterização dos grêmios estudantis dentro do contexto da democracia brasileira. Com base em tais reflexões, propomos possíveis conteúdos a serem trabalhados com os estudantes a partir de sua atuação nos grêmios estudantis.

Para a compreensão do funcionamento dos grêmios estudantis, percorremos dois caminhos: primeiro analisamos os livros de atas das referidas entidades e outras formas de registros sobre seu funcionamento, que puderam ser encontradas nas escolas e na SEDU/Serra; depois, procedemos à aplicação do roteiro de entrevista, utilizado como uma ferramenta para nos auxiliar no levantamento das informações necessárias para este primeiro momento. Para a aplicação desse roteiro, definimos três categorias de sujeitos: um representante da escola a ser indicado pelo diretor escolar (podendo ser ele próprio); um representante da diretoria do grêmio estudantil, sendo escolhido pelos próprios membros; e um representante dos alunos, que não faz parte da diretoria do grêmio. No caso da diretoria do grêmio estudantil não ter nenhum de seus membros estudando mais na escola, entrevistamos outro estudante, indicado pela equipe gestora da unidade de ensino. Para a realização da entrevista, os sujeitos da pesquisa foram convidados a estar com o pesquisador em uma sala reservada da escola, numa conversa individual que seguia um roteiro pré-estabelecido, entretanto novas questões poderiam ser levantadas de acordo com o rumo das respostas. No total, foram feitas trinta e seis entrevistas, sendo seis diretores escolares, quatro pedagogos, dois professores, dez membros das diretorias gremistas e quatorze

¹ Informações levantadas na Coordenação de Estatística da SEDU/Serra.

alunos não pertencentes à diretoria do grêmio estudantil. As duas etapas do mapeamento foram realizadas entre os meses de dezembro de 2017 e março de 2018.

Finalizado este primeiro momento, pudemos identificar quais grêmios estudantis estão organizando as eleições, para a suas diretorias, de acordo com seus próprios estatutos e quais desenvolveram ações na escola, ou no seu entorno, no ano de 2017. Em relação às ações desenvolvidas pelos grêmios estudantis, cabe destacar que não definimos previamente o que seria classificado como uma ação. Nosso objetivo foi nos aproximarmos da realidade dos grêmios estudantis, das escolas municipais da Serra, e compreender que ações os estudantes estão implementando à frente dessas entidades. O procedimento que adotamos foi construir um caminho metodológico que partisse daquilo que vem sendo desenvolvido nas escolas, pelos gremistas, e de como estes compreendem suas atuações, para, então, captar a realidade dos grêmios estudantis no espaço escolar. E não criar, a priori, um quadro de ações que pudessem ser identificadas como tal, para depois enquadrá-las em uma categoria.

O objetivo do caminho que traçamos para o nosso percurso metodológico foi captar, primeiramente, a realidade objetiva do contexto escolar, pois é a partir dela que os sujeitos que atuam na escola constroem suas concepções. Pautamo-nos, pois, no pressuposto materialista. Marx e Engels (2007) afirmam que

Ela [a concepção materialista da história] não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

É necessário entender primeiramente o que tem acontecido nas escolas em relação aos grêmios: as ações que têm sido implementadas, os conflitos surgidos, os obstáculos encontrados na execução de ações, para, então, procurar compreender o que os sujeitos que atuam no espaço escolar entendem sobre tais agremiações. Essa apreensão da realidade, que na verdade é a apreensão da sua aparência, é o início da nossa pesquisa. Nesse sentido, Martins (2006) afirma que

Para o materialismo histórico dialético, o mundo empírico representa apenas a manifestação fenomênica da realidade em suas definibilidades exteriores. Os fenômenos imediatamente perceptíveis, ou seja, as representações primárias decorrentes de suas projeções na consciência dos homens desenvolvem-se à superfície da essência do próprio fenômeno. Fundamentado neste princípio marxiano, Kosik (1976) afirma que a essência do fenômeno não está posta explicitamente em sua pseudoconcreticidade (concreticidade aparente), não se revelando de modo imediato mas sim, pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais” (MARTINS, 2006, p. 10).

O que pretendemos com esta primeira aproximação com os grêmios estudantis é apreender as suas manifestações, por meio da atuação dos estudantes no espaço escolar. Ao planejarmos uma entrevista, a observação de elementos do cotidiano das escolas ou a análise dos diversos registros, é com a intenção de captar o movimento que é engendrado em relação aos grêmios estudantis. As perguntas que nos movem são: como está o funcionamento dessas entidades discentes? Que ações os alunos têm implementado em suas escolas, por meio de tais entidades? Que obstáculos os estudantes encontraram no percurso de planejamento e execução de ações? Que aspectos da realidade escolar contribuem para que os estudantes consigam propor e agir por meio dos grêmios?

As técnicas de coleta de dados foram utilizadas por nós como forma de apreender o movimento e a aparência do fenômeno que estudamos. Num momento posterior da pesquisa, analisaremos essa realidade aparente e procuraremos alcançar sua essência, compreendendo a relação singular-particular-universalidade do seu movimento (PASQUALINI; MARTINS, 2016). Ou seja, procuraremos compreender as contradições inerentes à tal fenômeno. É o que Martins (2006) chama de “[...] conteúdo do fenômeno, preñado de mediações históricas concretas que só podem ser reconhecidas à luz das abstrações do pensamento, isto é, do pensamento teórico” (p. 10).

Compreendemos, ainda, que o caminhar por tal percurso não permite que deixemos de lado a compreensão das relações entre os fenômenos que se desenvolvem na escola e a forma como a sociedade e o modo de produção vigentes estão

organizados. Assim, pautamos nossa pesquisa pelo pressuposto da totalidade. Como nos alertam Marx e Engels (2007)

O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

O ser humano é entendido como um ser social e histórico, que constrói sua humanidade a partir da realidade objetiva e das relações de produção em que vive. É agindo sobre o mundo material, histórico e social, que o ser humano vai transformando sua realidade, ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo, numa relação dialética com o mundo objetivo. A consciência que tem do mundo se constrói a partir dessas relações e do lugar ocupado nelas. É compreendendo assim o movimento da história que pretendemos compreender o movimento dos grêmios estudantis nas escolas municipais da Serra.

A partir dos dados levantados nessa aproximação inicial, elaboramos três categorias de análise, que foram pensadas a partir dos dois critérios definidos para compreender o funcionamento dos grêmios estudantis: 1) o processo eleitoral das diretorias dos grêmios estudantis; 2) as ações desenvolvidas por seus membros.

No segundo momento, procuramos identificar a função social da escola, na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, a partir da análise bibliográfica de obras de Demerval Saviani e Newton Duarte. Por fim, buscamos entender os grêmios estudantis como ferramentas de representação e de participação que os estudantes possuem para intervir nos processos decisórios desencadeados no espaço escolar. Para tal, apoiamo-nos na análise bibliográfica na obra de Luis Felipe Miguel (2014), e nos artigos de Paulo Sérgio Novais de Macedo (2008) e Millon (2010).

Funcionamento dos grêmios estudantis das escolas municipais da Serra (ES)

Com os dados das primeiras aproximações com os grêmios estudantis em mãos, e considerando como ação todas aquelas que os entrevistados afirmaram terem sido

desenvolvidas em 2017 pelas diretorias gremistas e que, de alguma forma, beneficiou os estudantes representados, procedemos à classificação, com o seguinte resultado:

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DOS GRÊMIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS DE ANÁLISE			
CATEGORIAS	GRÊMIOS COM ELEIÇÃO E COM AÇÃO DESENVOLVIDA	GRÊMIOS SEM ELEIÇÃO E COM AÇÃO DESENVOLVIDA	GRÊMIOS SEM ELEIÇÃO E SEM AÇÃO DESENVOLVIDA
DESCRIÇÃO	Grêmios estudantis em que as eleições para sua diretoria estejam ocorrendo de acordo com seus estatutos e que desenvolveram algum tipo de ação no ano de 2017.	Grêmios estudantis que não elegem suas diretorias como está previsto no estatuto, entretanto desenvolvem ações no ano de 2017.	Grêmios estudantis que não têm uma diretoria eleita conforme seu estatuto e nem desenvolveram ações em 2017.
ESCOLAS	EMEF E; EMEF F; EMEF G; EMEF L; EMEF M.	EMEF B; EMEF D; EMEF H; EMEF I; EMEF J.	EMEF A; EMEF C.

Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Processo eleitoral para a diretoria dos grêmios estudantis

De acordo com a Lei Nº 7.398 de 04 de Novembro de 1985 (BRASIL, 1985), em seu art. 1º § 2º e 3º, a organização e o funcionamento dos grêmios estudantis devem estar definidos em seus estatutos, aprovados pelo corpo discente de cada um dos estabelecimentos de ensino; ou seja, cada escola possui um grêmio estudantil com seu respectivo estatuto aprovado pelos estudantes. É no estatuto que estão definidas as normas gerais do processo eleitoral, tais como a periodicidade das eleições, a

idade mínima para poder votar e se candidatar, entre outras. Ainda na referida lei, em seu art. 1º, § 3º, está determinado que a escolha dos dirigentes e dos representantes do grêmio estudantil deve ser realizada pelo voto direto e secreto de cada estudante. É com base em tais definições que pensamos o primeiro critério para a organização das categorias de análise do funcionamento dos grêmios estudantis, que é a eleição da diretoria gremista ocorrendo de acordo com os estatutos próprios de cada entidade e com participação do corpo discente da escola.

Na aproximação inicial com os grêmios estudantis da Serra, chamou-nos atenção o fato de que em sete escolas não ocorreram, em 2017, eleições para a diretoria do grêmio estudantil. Em todos os estatutos a que tivemos acesso – onze das doze escolas pesquisadas – está previsto que o mandato da diretoria dos grêmios estudantis é anual, ou seja, há necessidade de que as eleições aconteçam todo ano; entretanto, não é o que vem ocorrendo na maioria das escolas pesquisadas.

Pelo quadro acima é possível visualizar que o fato de não ocorrer eleições, em 2017, não impediu a realização de ações pela diretoria do grêmio estudantil. Em cinco escolas em que as eleições não foram realizadas, os gremistas afirmaram terem desenvolvido ações que, de alguma forma, beneficiaram os alunos da escola. Entretanto, pudemos observar, nas falas dos entrevistados, que a falta do processo eleitoral gerou obstáculos à atuação dos estudantes por meio dos grêmios estudantis. As unidades de ensino “A”, “C”, “H” e “J”, por exemplo, não possuem mais nenhum membro da diretoria do grêmio estudantil matriculado na escola; todos já saíram. Já nas unidades “D” e “I”, a diretoria funciona com menos da metade dos integrantes previstos em estatuto. Os estudantes, então, estavam com sua representação gremista enfraquecida ou inexistente, no início do ano de 2018.

E não apenas nessas escolas, a representação estudantil estava enfraquecida. Na EMEF “B”, em que a maioria dos membros da diretoria gremista se mantinha na escola, apesar de não ter acontecido eleição em 2017, e nas escolas “F” e “M”, que realizaram eleições para a direção do grêmio estudantil naquele ano, a representação dos interesses discentes, de acordo com relatos dos próprios gremistas e de outros estudantes, ficou comprometida e não atendeu às expectativas dos alunos. O estudante entrevistado da EMEF “M” afirmou que, durante a campanha, os candidatos estiveram muito próximos dos alunos, perguntando-os o que queriam que fosse feito

na escola; mas, depois da eleição, o entrevistado afirma que não conseguiram fazer nada. O diretor gremista da mesma escola afirma que conflitos internos, a desunião dos gremistas e as proibições da equipe gestora da escola impossibilitaram o desenvolvimento mais efetivo das ações requeridas.

A partir das análises dos dados que conseguimos levantar nesse primeiro contato com os grêmios estudantis das escolas municipais da Serra (ES), podemos afirmar que, após as eleições, há um distanciamento entre os membros da diretoria gremista e os alunos representados, como se o grêmio estudantil fosse formado apenas por sua diretoria. Nenhum estudante entrevistado sabia o que era a Assembleia Geral ou o Conselho de Representantes de Turma, apesar dessas instâncias deliberativas constarem em todos os estatutos consultados. Elas garantem que a maioria dos alunos participe das decisões e dos planejamentos do grêmio estudantil; entretanto, no ano de 2017, não funcionaram em nenhuma das escolas pesquisadas. Os processos eleitorais, quando acontecem, não estão sendo suficientes para que os alunos entendam que os membros eleitos são representantes de seus interesses e que grêmio estudantil é formado por todos os alunos da escola e não apenas pela diretoria eleita.

As ações desenvolvidas pelos grêmios estudantis

O segundo critério, para elaboração das categorias de análise sobre o funcionamento dos grêmios estudantis, tem como base as ações que tais entidades desenvolveram no ano de 2017, de forma a beneficiar o corpo discente, acrescentando às atividades já desenvolvidas na escola, novas ações que partam do interesse dos estudantes.

O levantamento e a análise sobre as ações desenvolvidas pelas diretorias gremistas foi muito difícil por dois motivos. Primeiro, pela divergência em relação às respostas dadas pelos entrevistados – em dez das doze escolas pesquisadas, as informações sobre as ações variaram em relação ao tipo da ação, à quantidade de ações e até mesmo em relação à execução ou não da ação. Segundo, pela falta de registros referentes às ações, tanto em relação às reuniões da diretoria do grêmio estudantil para tomadas de decisão, quanto em relação a seus planejamentos e avaliação da ação. Em nenhuma das escolas foi encontrado esse tipo de registro relativo ao ano de 2017. Tal situação gerou para a pesquisa um problema metodológico, tendo em

vista que não seria possível afirmar, com certeza, quais ações foram realmente executadas pelos grêmios estudantis. Desde já, defendemos que este problema não desqualifica o mapeamento ou o torna incoerente com a perspectiva do materialismo histórico-dialético. Ele nos exige um maior cuidado na interpretação dos dados e na condução da pesquisa.

Cito um exemplo para esclarecer melhor a questão. Na EMEF B, a gremista entrevistada afirmou que a única ação que a entidade estudantil desenvolveu em 2017 foi solicitar a diretora a organização da feira de ciências, o que, segundo ela, foi atendido. Essa ação não foi relatada pela diretora escolar, durante sua entrevista, como uma ação desenvolvida pelo grêmio estudantil. Já a estudante entrevistada, que não faz parte do grêmio, percebeu essa ação de uma outra maneira: não a viu, apenas, como uma solicitação dos membros do grêmio à direção escolar; afirmou que a referida ação – que chamou de feira cultural – foi executada pelo grêmio; ou seja, na visão da estudante, a feira cultural deixa de ser uma ação de solicitação e passa a ser uma atividade implementada pelo grêmio. Não conseguimos, visto a falta de registro comentada anteriormente, ter certeza se a feira cultural foi uma ação de solicitação do grêmio, ou se foi executada por ele, ou ainda se ele nem teve participação em tal ação.

Em situações como essa, o que procuramos compreender foi a percepção dos gremistas sobre os limites e possibilidades de suas atuações à frente das entidades discentes. No caso relatado, inferimos que a gremista entendeu que sua possibilidade de ação era solicitar a diretora da escola que promovesse a feira de ciências. Sua ação não passou pela possibilidade de planejar e organizar tal evento. Compreender a postura da gremista contribui para que possamos oportunizar a ela qualificar suas ações frente ao grêmio estudantil. Por isso, diante de tais divergências, consideramos as respostas dos gremistas para a classificação dos grêmios dentro das categorias de análise.

A partir das ações identificadas pelos entrevistados como aquelas que a diretoria do grêmio estudantil desenvolveu ou participou, criamos seis categorias que denominamos “tipos de ações”, explicitadas no quadro abaixo.

QUADRO 2 – TIPOS DE AÇÃO DESENVOLVIDAS PELOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

TIPOS DE AÇÃO	SOLICITAÇÃO AO DIRETOR ESCOLAR E/OU CONSELHO DE ESCOLA	ATIVIDADE DE RECREATIVA E/OU CULTURAL	CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO	ARRECADAÇÃO DE VERBA	CAMPANHA DE DOAÇÃO	PROTESTO
DESCRIÇÃO	Ação que visava solicitar ou pressionar a equipe gestora da escola ou o Conselho de Escola a desenvolver ações específicas em benefício dos alunos.	Ação de organização ou participação em eventos culturais e/ou recreativos para os alunos, tais como colocar música durante o recreio, promover show de talentos e/ou atividades esportivas.	Ação de organização ou participação em atividades que visaram a divulgação de algum tipo de informação junto aos alunos, como a importância dos cuidados com a voz ou assédio sexual.	Ação desenvolvida com o intuito de arrecadar verba para o grêmio estudantil.	Ação de organização ou participação com o intuito de arrecadar doações diversas a alunos ou pessoas fora da escola.	Ação de reivindicação que extrapola a solicitação, com organização de manifestações e de atos práticos para exigir algo da equipe gestora da escola ou de políticos.

Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Ao analisar as respostas dos entrevistados, foi possível perceber a diferença dos entendimentos que cada sujeito da pesquisa teve sobre as ações que os grêmios estudantis desenvolveram, ao longo do ano de 2017. Em apenas duas escolas não

encontramos divergências: são, exatamente, as escolas em que todos os entrevistados afirmaram que o grêmio estudantil não desenvolveu nenhuma ação naquele ano. Em todas as outras, houve divergências, que variaram em relação ao tipo da ação (em sete escolas), à quantidade de ações desenvolvidas (em oito escolas) e, até mesmo, em relação à existência ou não de ações desenvolvidas pela diretoria gremista (em três escolas).

QUADRO 3 – TOTAL DE AÇÕES IDENTIFICADAS PELOS ENTREVISTADOS PARA CADA TIPO DE AÇÃO						
	SOLICITAÇÃO AO DIRETOR ESCOLAR E/OU CONSELHO DE ESCOLA	ATIVIDADE RECREATIVA E/OU CULTURAL	CAMPA DE CONSCIENTIZAÇÃO	ARRECAÇÃO DE VERBA	CAMPA DE DOAÇÃO	PROTESTO
ESTUDANTES	03	13	01	00	01	01
GREMISTAS	07	10	02	01	01	02
PROFSSIONAIS	03	14	05	02	00	02

Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

A partir de tal constatação, foi possível verificar que a comunicação entre a diretoria do grêmio estudantil e os alunos representados não permite que estes visualizem ações que os diretores gremistas implementam ou, pelo menos, tentam. Um exemplo claro é a ação do tipo “Solicitação ao Diretor Escolar e/ou Conselho de Escola”, que gremistas de seis escolas afirmaram ter desenvolvido com sucesso; entretanto, nessas seis escolas, apenas um estudante que não faz parte da diretoria relatou tal ação. Outro exemplo pode ser retirado de duas escolas, em que os gremistas

afirmaram ter desenvolvido ações, mas os estudantes entrevistados não lembraram de nenhuma ação executada pela diretoria do grêmio estudantil ou que tenha tido participação de seus membros. Constatamos também que nenhum estudante entrevistado consegue lembrar, pelo menos, da metade dos membros da diretoria do grêmio estudantil de sua escola. No quadro acima, estão o total de ações identificadas por cada grupo de sujeitos da pesquisa.

Ressaltamos, ainda, que há nas escolas uma forte dependência dos gremistas em relação à equipe gestora, no que diz respeito ao planejamento e à execução de ações. Em pelo menos nove escolas, foi relatado, por alunos ou por profissionais, algum tipo de interferência sobre as iniciativas dos grêmios estudantis ou mesmo a dependência que os estudantes têm, em relação aos profissionais da escola, para conseguirem colocar em prática suas ações. Ideias explicitadas por afirmações como “A direção escolar filtra as ideias do grêmio junto com pedagogos e coordenadores”, “Os gremistas recebem orientações sobre o que pode e o que não pode fazer”, “Os alunos não têm maturidade para agir por si mesmos”, ou “Por conta do calendário apertado, não articulamos [equipe gestora da escola] o grêmio e suas atividades ficaram paradas” foram comuns nos discursos tanto dos alunos quanto dos profissionais entrevistados.

Novamente, os dados apontam para nós que os grêmios estudantis estão enfraquecidos em relação aos dois aspectos que defendemos para sua organização, o aspecto de representação dos interesses discentes e o aspecto da formação intelectual dos estudantes. A maioria das ações não pareceu envolver mobilização dos alunos da escola, se aproximando mais, a nosso ver, de ações isoladas sem pretensão de possibilitar a organização dos estudantes enquanto segmento com ideias e necessidades próprias, nem de criar condições para que eles pudessem se apropriar de conhecimentos relativos a nossa democracia. Mesmo os protestos organizados em duas escolas, que tiveram como foco a manutenção das assistentes de serviços gerais no quadro da escola diante a possibilidade de demissão ou de remoção para outras unidades de ensino, não foram entendidos por nós como um movimento que contribuísse para os dois aspectos referidos acima. Em tais movimentos de protestos, os estudantes mostraram capacidade de resistência frente a uma determinação política da Prefeitura Municipal da Serra e, inclusive, conseguiram resultados positivos, mantendo as ASGs em suas escolas. Entretanto,

nessas duas escolas existiram, em 2017, demandas que os próprios alunos levantaram e que não foram atendidas, como colocar música no recreio, organizar uma sala de artes ou realizar um “passeio”. Demandas essas, relativamente, mais simples e que não tiveram a mesma organização e atitude por parte dos alunos, para que pudessem ser implementadas.

Função social da escola na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica

Duarte (2013) destaca, logo no início do livro *A individualidade para si*, que a pedagogia histórico-crítica só tem sentido se colocada na perspectiva da superação da sociedade capitalista. Tal posicionamento compreende que a escola, por si só, não revolucionará a atual sociedade; entretanto, reconhece a importância do trabalho educativo para a construção de uma sociedade justa e igualitária. No mesmo sentido, Saviani (1999) desenvolveu a crítica à ilusão de que a escola tem o poder de reformar ou transformar a realidade objetiva, ao mesmo tempo em que superou a visão que imputava à escola uma função, apenas, reprodutivista das relações sociais nas quais está inserida. Colocou a situação da seguinte forma:

Retenhamos da concepção crítico-reprodutivista a importante lição que nos trouxe: a escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. Considerando-se que a classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola [...] segue-se que uma teoria crítica (que não seja reprodutivista) só poderá ser formulada do ponto de vista do interesse dominado. O nosso problema pode, então, ser enunciado da seguinte maneira: é possível articular a escola com os interesses dominados? (SAVIANI, 1999, p. 41)

Ao questionamento citado acima, o próprio Saviani responde que sim, é possível articular a escola com os interesses dos dominados. E é esse o papel que é colocado para a pedagogia histórico-crítica. Mas como fazer essa articulação e possibilitar que a escola contribua com a superação da sociedade capitalista? Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, esse papel é definido como o de oportunizar às classes dominadas a apropriação dos conhecimentos sistematizados, histórica e socialmente

elaborados pela humanidade. Saviani (2011) justifica tal objetivo da escola, contextualizando-a e analisando a função que à escola foi atribuída pela sociedade capitalista. Afirma que, com o advento do capitalismo, o conhecimento científico passou a ser primordial para a produção material,

Em consequência, a burguesia revoluciona as relações de produção e passa a conquistar cada vez mais espaços, a dominar a natureza através do conhecimento metódico, e converte a ciência, que é um conhecimento intelectual, uma potência espiritual, em potência material, por meio da indústria. [...] E é nesse quadro que a exigência de conhecimento intelectual se torna necessidade geral (SAVIANI, 2011, p. 82 – 83).

Sob o capitalismo, o conhecimento sistematizado adquire importância primordial na produção material, bem como na organização da sociedade e nas relações de classes. Portanto, para o objetivo de se superar a atual sociedade, torna-se fundamental democratizar o acesso a esse tipo de saber, proporcionando às classes dominadas a apropriação do conhecimento sistematizado, para poderem agir sobre essa sociedade e, assim, transformá-la.

Na mesma perspectiva, Duarte (2013) discute a importância da apropriação do conhecimento, ao relacionar os processos de apropriação e de objetivação com o desenvolvimento humano. Ele assim define o conceito de objetivação

[...] processo por intermédio do qual a atividade do sujeito se transforma em propriedades do objeto. A atividade do marceneiro transmuta-se em características de um armário [...], a de um professor, em uma aula. [...] o processo de objetivação resulta em produtos sociais, sejam eles materiais ou não (DUARTE, 2013, p. 9).

No processo de objetivação, o ser humano coloca suas características individuais no objeto do seu trabalho e ali se reconhece. Esse processo está vinculado ao processo de apropriação das objetivações humanas existentes. A apropriação é definida por Duarte como a

[...] transferência, para o sujeito, da atividade que está contida no objeto. Quando alguém aprende a usar uma ferramenta está se apropriando da atividade social acumulada no objeto. [...] se trata de

incorporação de atividade humana às características do sujeito (ibid., p. 9-10).

E esse processo de apropriação e objetivação é construído por meio do trabalho e num contexto histórico e social específico:

[...] o ser humano, ao produzir, pela atividade do trabalho, as condições de sua existência, ao transformar a natureza, se apropria dela e se objetiva nela. Essa apropriação e essa objetivação geram novas necessidades humanas e conduzem a novas formas de ação, num constante movimento de superação por incorporação. Cada indivíduo nasce situado espacial e temporalmente nesse processo e, para dele participar, isto é, para se objetivar no interior dele, precisa se apropriar das objetivações [...] (ibid., p. 10).

Assim, uma das contribuições de Duarte para pensarmos a função da escola na sociedade atual, é a afirmação de que precisamos nos apropriar das objetivações das gerações anteriores para reproduzir, em nós, a humanidade criada histórica e socialmente. Desta forma, podemos nos objetivar na realidade e criar novas condições de vida, transformando a realidade que apropriamos. Nesse sentido a apropriação dos conhecimentos sistematizados ou das objetivações humanas não teria, unicamente, a função de contribuir com a superação da sociedade capitalista. A função seria também a de nos revolucionar:

[...] não é só para derrotar o capital que se faz necessária a socialização do conhecimento. Ela é uma parte fundamental do processo de transformação dos próprios seres humanos. A revolução não é apenas um processo de transformação da realidade exterior dos indivíduos, mas é também, de maneira simultânea e interdependente, a transformação dos próprios indivíduos (DUARTE, 2016, p. 33).

O que Duarte (2016) coloca com tal afirmação é que a apropriação das objetivações das gerações anteriores é parte fundamental do processo de humanização dos seres humanos. Neste sentido, um dos objetivos principais da pedagogia histórico-crítica é a reprodução, nos indivíduos, da humanidade histórica e socialmente construída. É tal processo que contribui para que os indivíduos se tornem sujeitos da história e construam, assim a sua individualidade enquanto seres livres e autônomos, bem como tomem as rédeas da organização da sociedade:

[...] salientando que a passagem da socialidade em si à socialidade para si, isto é, o controle coletivo e consciente, pelos seres humanos, das relações sociais como produtos humanos, é condição sine qua non para o desenvolvimento da individualidade humana livre e universal. Somente fazendo um ser social para si é que o ser humano pode desenvolver plenamente sua individualidade (DUARTE, 2013, p. 56 – 57).

A partir do exposto acima, fica claro que, para a pedagogia histórico-crítica, a função social da escola é criar condições para a apropriação dos conhecimentos desenvolvidos pela humanidade ao longo da sua história, sejam eles os conhecimentos sistematizados, como coloca Saviani (1999; 2012) ou as objetivações humanas, como nomeia Duarte (2013; 2016). A questão é que os conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos em suas versões mais desenvolvidas precisam ser socializados para toda a população. A educação escolar, nessa perspectiva, acumula as tarefas de

- a) Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação.
- b) Conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares.
- c) Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação” (SAVIANI, 2005, p. 8-9).

Com base no exposto acima, fica o questionamento sobre quais conteúdos podem ser socializados a partir do trabalho com o grêmios estudantis. Assim, na seção seguinte, objetivamos compreender a função dos grêmios estudantis dentro da nossa atual estrutura democrática, com o intuito de definir possíveis conteúdos que possam ser apropriados pelos estudantes que atuam em tais entidades discentes.

A caracterização dos grêmios a partir da estrutura participativa da democracia brasileira

A democracia brasileira possui uma série de instrumentos institucionalizados que resguardam a participação da população na definição de políticas, na fiscalização e na destinação de verbas públicas, na organização e no planejamento de ações e na construção de princípios legais (MACEDO, 2018; MILLON, 2010). Nesse sentido, Macedo (2008) defende a tese de que a democracia brasileira estabelecida na constituição de 1988 é do tipo participativa:

Assim, a Constituição institui, como paradigma, a democracia participativa, reconhecendo o sufrágio universal, inserindo institutos da democracia direta, como referendo, plebiscito e iniciativa popular e proporcionando outros meios de participação e controle da sociedade nas decisões políticas e nas atividades da administração pública. A proposta da democracia participativa é no sentido de incorporar na prática democrática novos e modernos instrumentos de controle e de participação no poder, com ênfase nos mecanismos de controle social (p. 186 - 187).

O autor cita inúmeros instrumentos constitucionais e instâncias – inclusive aqueles que não constam na Constituição de 1988, mas foram criados por força de lei a partir dos objetivos e princípios nela estabelecidos – que garantem o direito de participação da população civil nos processos decisórios políticos e jurídicos. Defendemos que o grêmio estudantil se constitui em uma dessas ferramentas, possibilitando aos estudantes se organizarem para representar seus interesses e participar dos processos decisórios desencadeados dentro do espaço escolar.

Entretanto, legalizar a participação e regularizar os espaços de representação e de organização não garantem a efetiva atuação dos cidadãos. Institucionalizamos ferramentas legais para aumentar a participação da população nos processos decisórios em todas as esferas de poder; entretanto, não desenvolvemos os mecanismos reais que poderiam contribuir com a efetiva participação da população em tais espaços. Miguel (2014) afirma que “[...] a igualdade formal de acesso às decisões não resolve os problemas colocados pelas desigualdades reais, atuantes no mundo social” (p. 14). Ou seja, a existência da lei, por si só, não garante a efetiva participação da população nos processos decisórios de qualquer democracia. Essas

estão diretamente relacionadas às condições sociais dos sujeitos, que são determinantes para efetivamente garantir a participação. Assim, o autor defende que reduzir, ou até mesmo eliminar, essas desigualdades é um dos desafios que se coloca para as democracias atuais.

Desigualdade [...] significa assimetria no controle de determinados recursos que: (1) possui impacto nas trajetórias possíveis relativas de indivíduos e grupos; (2) reflete padrões estruturais, não sendo efeito do acaso ou de escolhas pessoais livres; e (3) está vinculada a relações de dominação, isto é, à capacidade de uns bloquearem a ação autônoma e/ou a obtenção de ganhos por parte de outros (p. 300).

Uma série de medidas precisa ser tomada para que os instrumentos democráticos de participação sejam efetivamente utilizados pela população. Medidas de formação, que oportunizem a população a conhecer esses complexos mecanismos, e medidas de participação, que possibilitem aos sujeitos a efetiva inserção nos processos de decisão, sem qualquer prejuízo material. É nesse sentido que propomos o estudo da democracia e o funcionamento das instituições democráticas brasileiras como conteúdos a serem trabalhados a partir da atuação dos alunos nos grêmios estudantis.

Possibilidades de trabalho com grêmios estudantis a partir da Pedagogia Histórico-Crítica

Para Saviani (1999), professores e alunos são tomados como agentes sociais, por isso a prática social é o ponto de partida e o ponto de chegada dos processos educativos. Mas em que consiste, exatamente, a prática social? A prática social pode ser entendida como o conjunto das atividades humanas desenvolvidas num contexto histórico e social específico. Essas atividades dizem respeito às relações entre os seres humanos e as relações destes com a natureza (SAVIANI, 1999; GASPARIN, 2015).

A partir dos dados levantados em relação aos grêmios estudantis das escolas municipais da Serra, propomos um curso de curta duração com o objetivo de contribuir com a qualificação da prática social (SAVIANI, 1999) dos alunos, no que diz respeito à efetiva participação dos adolescentes nos espaços escolares de decisão. Nesse

sentido, o curso se constitui como espaço de apropriação do conhecimento sistematizado para os estudantes, com foco na compreensão do conceito de democracia e do funcionamento das formas de participação no sistema democrático brasileiro.

Um dos pressupostos da pedagogia histórico-crítica é que a natureza humana não é um dado biológico, ou seja, não é algo inato. Saviani (2011) afirma que a natureza humana é produzida histórica e socialmente pelo próprio ser humano, sobre a base da natureza biofísica. Assim, é necessário oportunizar, a cada indivíduo, meios de se apropriar dos elementos culturais, histórica e socialmente produzidos pela humanidade, de forma que ele se humanize. Nessa perspectiva,

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2011, p. 13).

A educação, então, tem a função histórica de possibilitar aos sujeitos o processo de humanização por meio da apropriação dos elementos culturais produzidos, sejam eles conceitos, ideias, atitudes ou habilidades. É com esse objetivo principal – de oportunizar a apropriação de conhecimentos – que organizamos nosso trabalho com os grêmios estudantis, sem deixar de considerar que tais entidades tem a função de representar os interesses discentes.

Especificamente para a educação fundamental, Saviani afirma que as ciências sociais devem ser organizadas de tal forma que oportunizem aos alunos “[...] compreender as relações entre os homens, as formas como eles se organizam, as instituições que criam e as regras de convivência que estabelecem, as quais vão implicar a definição de direitos e deveres” (SAVIANI, 2008, p. 234).

Assim, tendo como foco o trabalho com os grêmios estudantis, consideramos essencial oportunizar, aos alunos, conhecimentos que os possibilite conhecer as instituições democráticas existentes e as formas de construção das regras sociais, as quais estamos submetidos. Os seguintes conteúdos foram definidos: 1) o conceito de

democracia; 2) o funcionamento das instituições democráticas brasileiras, com foco nas escolas; 3) a história do movimento estudantil, com foco nos grêmios estudantis e nos movimentos de ocupação escolar. O objetivo de oportunizar aos alunos a apropriação de tais conhecimentos não tem um caráter imediatista e pragmatista. Compreendemos que os conteúdos que definimos para as oficinas se constituem em objetivações humanas que precisam ser apropriadas pelos indivíduos da nossa sociedade, pois possibilitam aos sujeitos participarem da vida em sociedade, especificamente dos fenômenos que dizem respeito à cidadania e à atuação nos espaços de decisão. A formação dos indivíduos para se tornarem cidadãos atuantes na sociedade atual exige a apropriação de conhecimentos à altura da complexidade da organização social que temos hoje. É nesse sentido que Saviani (2008) alerta:

o nível de desenvolvimento atingido pelas formações sociais contemporâneas em geral e pela formação social brasileira em particular, coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos sem o que não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida em sociedade” (p. 234).

Nessa perspectiva, faz-se necessária uma formação que desenvolva a capacidade dos indivíduos de participarem nos espaços de decisão estabelecidos na sociedade atual, tornando-os aptos a utilizar as ferramentas institucionais que foram criadas ao longo da história. Participar das decisões dentro do atual modelo democrático que temos não é tarefa simples. Requer conhecimento de uma série de mecanismos e instituições que têm um funcionamento complexo e que, portanto, exige uma formação de longo prazo e de nível correspondente.

Considerações finais

Neste momento inicial da aproximação com os grêmios estudantis, verificamos que a atuação dos estudantes das escolas municipais da Serra (ES), no ano de 2017, por meio de tais entidades está fragilizada. O processo eleitoral para as diretorias gremistas só ocorreu em cinco das doze escolas pesquisadas e as ações desenvolvidas pelos estudantes ainda não ocorrem de forma sistematizada, possibilitando uma participação efetiva dos estudantes nas decisões da escola, e nem

contribuem para a apropriação dos conhecimentos histórica e socialmente produzidos pela humanidade.

O processo eleitoral não é apenas uma burocracia do funcionamento dos grêmios estudantis ou somente o momento de escolher os representantes. Defendemos que, dentro de uma democracia representativa como a nossa, o período de eleição contribui para o incentivo a importantes discussões relativas aos interesses dos representados. No caso dos grêmios estudantis, potencializar tal período contribui para que os estudantes debatam suas necessidades e ideias, amadureçam seus posicionamentos frente às condições das escolas, reconheçam-se enquanto segmento com posicionamentos próprios e compreendam o funcionamento de um aspecto importante do nosso sistema democrático: a escolha dos nossos representantes.

Enquanto entidade representativa dos interesses discentes, os grêmios estudantis têm, em seus períodos eleitorais, um potencial espaço para a construção conjunta de propostas que representem as necessidades dos alunos de cada unidade de ensino, podendo criar estratégias para que cada chapa concorrente construa coletivamente propostas coerentes com as perspectivas dos estudantes que serão representados. Além disso, esse momento possui grande potencial para que os alunos candidatos, e mesmo os que apenas irão votar, analisem a situação da escola e seu contexto, com o objetivo de propor ações eficientes e que possam caminhar em direção a uma participação mais efetiva dos alunos nos espaços de decisão da escola. O processo eleitoral pode potencializar o caráter de representatividade dos grêmios estudantis.

Além do mais, tal processo oportuniza aos estudantes entenderem, na prática, uma parte do nosso sistema democrático que diz respeito à formação das chapas, às campanhas eleitorais, à escolha dos candidatos, à apuração dos votos e aos recursos que podem ser impetrados em caso de irregularidades constatadas. É um momento que também possui um caráter formativo e que pode possibilitar a apropriação de conhecimentos importantes, por parte dos alunos, relativos ao nosso sistema democrático. Defendemos que, ao participar ativamente do grêmio estudantil e dos processos que o envolvem, os estudantes têm possibilidade de se apropriarem de conhecimentos a respeito do nosso processo democrático e se objetivarem nas ações atreladas a tal atividade.

Duarte (2013) afirma que “[...] a relação entre os processos de objetivação e apropriação constitui a dinâmica fundamental da formação do gênero humano e dos indivíduos” (p. 21) e que tal relação produz transformações das necessidades humanas e, conseqüentemente, transformação da realidade. O ser humano revoluciona o mundo material a partir de necessidades que são criadas por ele, numa relação dialética com a realidade em que vive. Essa nova necessidade se cria a partir da vivência do mundo material, ela não é criada unicamente por um exercício mental de imaginação de novas possibilidades. Entretanto, não é somente a partir da vivência que essas novas necessidades vão sendo criadas. Para isso, o ser humano precisa se apropriar dos conhecimentos sistematizados pela humanidade e precisa se objetivar na realidade vivida, ou seja, ele aprende formas de atuar sobre a realidade, atua sobre essa realidade, constrói-se enquanto indivíduo e cria novas necessidades frente a essa realidade vivida. A partir dessas novas necessidades, ele revoluciona a realidade. Lembrando que o ser humano é um ser social e por isso todo esse processo se dá de forma coletiva e em contextos históricos específicos.

Defendemos que a apropriação do conhecimento se faz ao possibilitar o vínculo entre educação e trabalho, ao contemplar a possibilidade de aliar teoria e prática. Della Fonte (2014) contribui para entendermos a importância do trabalho no processo educativo

O trabalho é, portanto, uma ação corporal intencional e, como tal, envolve a plenitude das capacidades intelectuais e sensitivas do ser humano. É este agir corporal transformador que mobiliza e demanda o pensar, isto é, a construção da consciência. A atividade de pensar não é concedida ao ser humano por um ser fora dele. É a própria materialidade corporal o substrato da capacidade racional (DELLA FONTE, 2014, p. 389).

Entendemos, então, que é a partir da ação sobre a realidade que o estudante mobilizará suas “capacidades intelectuais e sensitivas” para alcançar os objetivos a que se propôs. É nessa relação de apropriação e objetivação que reside a importância em aliar processos educativos à prática social. No caso específico dos grêmios estudantis, possibilitar que os alunos atuem em tais entidades cria condições reais para que os estudantes compreendam a nossa democracia a partir da sua vivência em uma entidade representativa. Nesse sentido, o trabalho com os grêmios estudantis

possibilita aos estudantes se apropriarem de conteúdos relativos ao modelo democrático vigente em nossa sociedade.

Torna-se necessário, contribuir para qualificação da prática social dos estudantes que atuam a frente dos grêmios estudantis, oportunizando uma formação baseada na associação entre trabalho e educação, na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, tendo em vista a apropriação de conhecimentos sistematizados.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 04 de Novembro de 1985.** Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º grau e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm>. Acesso em: 21 mar. 2018.

DELLA FONTE, S. S. **A formação humana em debate.** Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 127, p. 379-395, June 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302014000200003>.

DUARTE, N. **A individualidade para si:** contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

_____. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos:** contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

MARTINS, L. M. **As aparências enganam: divergências entre o Materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa.** Caxambu (MG), 29ª Reunião Anual da ANPED. 2006. (Grupo de Trabalho 17 – Filosofia da Educação) Disponível em: < <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MARX, K. **Para a questão judaica.** Trad. José Barata Moura. 1ª ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo : Boitempo, 2007.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 11ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

_____. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SERRA. Secretaria Municipal de Educação da Serra. **Projeto Grêmio em Ação**, 2014.

Sobre os autores:

Gabriel Franco de Oliveira Zambon é Historiador e Mestre em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal - IFES e docente da Secretaria Estadual de Educação – SEDU/ES e na Secretaria Municipal de Educação da Serra/ES. E-mail para contato: gabriel_zambon@yahoo.com.br

Leonardo Bis dos Santos é Sociólogo e Doutor em História, docente e coordenador do Programa de Pós Graduação em Ensino de Humanidades PPGEH – IFES. É líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade e Emancipação – GEPESE. E-mail para contato: leonardo.bis@ifes.edu.br